

Os periódicos em disputa: uma visão das festas de Sete de Setembro no Recife no ano de 1829

LÍDIA RAFAELA NASCIMENTO DOS SANTOS*

Os festejos do ano de 1829 foram extraordinários, o Sete de setembro foi comemorado em diversos bairros da cidade e também na cidade de Olinda com toda a pompa e circunstância que a população de Pernambuco pode preparar. Ocuparam as páginas de quatro periódicos (Abelha pernambucana, O Constitucional, O Cruzeiro e Diário de Pernambuco.) que circulavam no Recife, impressos diretamente envolvidos nas disputas políticas do período que publicaram acerca dos festejos comemorativos a Independência.

Tabela 1: CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS PERIÓDICOS¹

Jornal	Formato	Redator	Páginas	Periodicidade	Datas Limites	Tipografia
Diário de Pernambuco	30 x 20	Antônio de José Falcão Miranda*	4	Segunda a Sábado	Novembro/1825 até os dias atuais	Tipografia do Diário de Pernambuco
Abelha Pernambucana	28X20	Antônio Borges da Fonseca.	4	Terças e sextas	Abril/1829 até agosto de 1830	Tipografia Fidedigna
O Constitucional	28X18	Jeronimo Vilela Tavares	4	Segundas e Sextas	Julho/1829 até junho/1831	Tipografia do Diário de Pernambuco
O Cruzeiro	30X20	Padre Francisco Ferreira Barreto	4 a 6	Segunda a Sábado	Maior/1829 até maio/1831	Tipografia do cruzeiro

*Diretor do Jornal e dono da Tipografia

Durante os meses de setembro e outubro, esses periódicos entraram numa espécie de batalha buscando estabelecer junto à sociedade uma imagem dos festejos de acordo com o interesse de cada grupo. Foi analisada uma série de publicações sobre os festejos publicadas em quatro periódicos, somando-se um total de 35 publicações espalhadas em diversos números dos jornais analisados, em um intervalo de dois meses de circulação. Essas

* UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, DOUTORANDA, BOLSISTA CAPES.

¹ Para a confecção dessa tabela foram consultadas as seguintes obras: NASCIMENTO, 1966(a), pp.21-29, NASCIMENTO, 1969: 67-70, FELDMAN, 2014:40, NASCIMENTO, 1969: 73-75, NASCIMENTO, 1966(b): 67-70

publicações trouxeram os festejos para as páginas dos jornais e os colocaram em uma nova posição frente à opinião pública.

Entre as publicações havia uma polarização na opinião sobre os festejos. O Cruzeiro, que representava a sociedade Colunas do Trono e do Altar, tinha entre seus membros “gente que dominava boa parte da burocracia administrativa, militar e judiciária pernambucana.” (FELDMAN, 2014: 40), criticava a nova forma de festejar e denunciava as escolhas da iconografia presente nas festas e os interesses dos organizadores na sua realização. Do outro lado estavam os jornais impressos na Tipografia do Diário: O Abelha Pernambucana, o Constitucional e o Diário de Pernambuco. Acusados de serem “republicanos e democráticos”, ligados ao grupo responsável pela organização de variados festejos para o dia 6 e 7 de setembro. Publicavam textos defendendo os festejos e ressaltavam o seu caráter celebrativo da Independência.

Uma festa, como a descrita pelos jornais, por si só já seria o assunto de muitas conversas no Recife Oitocentista. Considerando o número e a duração de sua repercussão na imprensa periódica, que era, no período, uma das principais formadoras da opinião pública, é razoável pensarmos que, ao menos durante os meses de setembro e outubro de 1829, esse era um dos assuntos principais das ruas da cidade. Os jornais destacaram os acontecimentos da noite do dia 06 e no dia 07.

O Diário de Pernambuco publicou sobre dois cortejos que tinham como ponto de encontro, praças importantes dos bairros centrais da cidade e seguiram por um longo cortejo de aproximadamente 7 quilômetros para chegar à casa do Governador de Armas que morava na Estância, bairro afastado localizado nas imediações do bairro de Afogados. Uma das companhias reuniu-se na praça do bairro da Boa Vista, de onde seguiram em cortejo, marchando “a frente uma guarda do 5º Batalhão com a respectiva música” (Diário de Pernambuco, 10/09/1829), que teria participado gratuitamente do festejo.

Segundo o jornal O Constitucional do dia 10 de setembro “todas as ruas e a Praça estavam apinhadas, e não era fácil transitar por elas” (O Constitucional 10/09/1829). A julgar pelos estudos acerca do cotidiano da cidade, é razoável pensar que entre as pessoas que lotaram os espaços públicos e desfrutaram dos festejos estavam os escravos e homens livres pobres, afinal boa parte da população da cidade era composta por esses grupos sociais. Ainda que fossem relegados às margens das grandes comemorações, eles devem ter organizado ou mesmo improvisado as suas festas para aproveitar o dia da Independência.

A companhia foi seguida de um “Estandarte Nacional” carregado por um índio ricamente vestido. Desde a época joanina, era corriqueiro o uso do índio como símbolo do Brasil, como uma forma de expressar o sentimento de pertencer à terra natal. No cortejo da Companhia da Boa Vista, o símbolo do nacional foi somado a um tradicional símbolo de poder: as pirâmides que “eram comumente utilizadas para imortalizar as ações dos governantes”(LOPES, 2004: 317). Nesse cortejo a sua simbologia foi ainda reforçada pelas peculiaridades de sua composição:

Tinha na frente da base um quadro de Sua Majestade Imperial recebendo nos braços o Brasil representado por um jovem Índio, e Calcando aos pés o despotismo figurado por um dragão, de um lado via-se uma coroa de fumo e café, de outro uma espada e balança, e no fundo as Armas do Império.(Diario de Pernambuco 10/09/1829)

Esse carro foi alvo de debates envolvendo dois outros periódicos. É importante lembrar, como afirma Chartier, que nas festas onde se exibem “em profusão emblemas e fórmulas. Entre textos e gestos, as relações são, portanto, estreitas e múltiplas, obrigando a considerar em toda a sua diversidade as práticas do escrito” (CHARTIER, 2004:12). O escrito na pirâmide e descrito pelo Diário de Pernambuco traziam elementos complexos para a festividade.

A pirâmide que, segundo o Diário de Pernambuco, teria sido puxada por índios, possivelmente foi alvo de um olhar de estranheza ou de admiração por grande parte das ruas da cidade. Uma carta publicada no mesmo dia no jornal O Cruzeiro pelo *Pateta das Luminárias* que teria estranhado “uma pirâmide onde vinha colocada a Efigie de S.M.I. puxada por uma aldeia de colomins, e acompanhada por uma centena de homens vestidos todos de calças e jaquetas brancas.” (O Cruzeiro 10/09/1829)

O jornal Abelha Pernambucana explicou a alegoria da seguinte forma. O retrato do Imperador seria “para eternizar a memória da Independência e Emancipação do Brasil; proclamada pelo seu Imperador Constitucional Defensor Perpétuo”; os Índios que puxavam o carro simbolizariam a Nação Brasileira e o dragão sendo pisado pelo Imperador buscaria passar a mensagem de que “é a Nação Brasileira que nesse quadro está sendo salva por S.M.I. e C. das Garras da infame seita da coluna japonesa absolutista representada pelo monstro calcado pelos pés do Imperador do Brasil.” (Abelha Pernambucana, 15/09/1829).

Ao chegarem à casa do Governador das Armas, cantou-se um “novo hino” acompanhado por uma grande orquestra (Diário de Pernambuco 10/09/1829), onde já se

encontrava o presidente da província. A oficialidade da Guarnição foi convidada para um copo de água, “um lanche, na linguagem da época” (KRAAY, 2011:18), e o restante da Companhia ficou na parte de fora da casa fazendo sua exibição de seu cerimonial.

Também foi publicado no mesmo dia um relato sobre o festejo organizado pela companhia dos caixeiros. Eles optaram por se reunir na Praça do Comércio, às seis horas da noite com uma das músicas dos batalhões e às sete horas principiaram-se a se iluminar as casas, muitas senhoras teriam ido assistir e segundo o mesmo aformoseavam o espetáculo. Apesar de não haver mais detalhes sobre a participação feminina nessa festa, é difícil acreditar que tenha se limitado a embelezar e ver passivamente o que se acontecia. O festejo teve início com o toque do hino nacional, deram vivas, os que faziam parte da companhia colocaram-se de braços dados e “debaixo de uma rigorosa direção, marcharam” (Diário de Pernambuco 10/09/1829) por importantes ruas do bairro, em alguns pontos do caminho reiteraram os vivas, seguiram para a residência do Governador das Armas.

Ainda segundo a publicação do Diário, durante toda a “noite não cessaram os vivas a INDEPENDÊNCIA, a Sua Majestade Imperial e Constituição, a Liberdade legal etc. etc.” (Diário de Pernambuco, 10/09/1829) Os vivas tão comuns nas festas cívicas exaltavam elementos centrais na disputa política da época e eram parte imprescindível do simbolismo ritual das festas cívicas. Os gritos entusiásticos precisavam ser controlados, posto que representavam os elementos políticos defendidos pelos organizadores dos festejos. Afinal, como defende Bourdieu,

...O simbolismo ritual não age por si só, mas apenas na medida em que representa no sentido teatral do termo— a delegação: o cumprimento rigoroso do código da liturgia uniforme que rege os gestos e as palavras sacramentais constitui ao mesmo tempo a manifestação e a contrapartida do contrato de delegação que torna o padre detentor do “monopólio da manipulação dos bens da salvação.”...(BOURDIEU, 1996: 93)

Ao som da música e dos vivas, o cortejo seguia o percurso para a casa do Governador das Armas. Pelo caminho, as principais ruas estavam iluminadas e em algumas janelas apareciam versos alusivos à data. Segundo o texto publicado, duas horas depois de iniciado o cortejo chegaram ao portão do sítio do governador estando em cerca de 300 pessoas uniforme e gravemente vestidas, e pediram licença para entrar. Tendo a companhia da Boa Vista já concluído o seu cerimonial, retiraram-se, e então os caixeiros puderam-se formar colunas e cantar algumas letras.

Entre os que acompanharam os festejos, estavam entre 50 e 60 portugueses. A questão da participação dos portugueses foi duramente criticada pelo jornal O Cruzeiro que destacou o fato dos portugueses não serem apenas convidados, mas voluntariamente haviam se juntado para comemorar. Tal polêmica permanece como alvo dos debates entre os periódicos por algumas publicações.

Em 25 e 29 de setembro, o jornal Abelha Pernambucana publicou defesas a presença dos portugueses. Em primeiro de outubro, o jornal O Constitucional defendeu que não havia problemas na participação dos portugueses, sendo eles inclusive boa parte dos caixeiros que foram autores de um dos festejos. Para o redator:

Enquanto lutávamos pela Independência, e esta podia ser duvidosa; justo era, que a festejássemos com toda a pompa, e fósforo para dar figas, e mate aos Portugueses. Hoje, que estes estão desenganados a respeito da recolonização, são censuráveis as Festas, são fósforos &c. &c.

No dia 2 de outubro, O Cruzeiro publicou uma carta rebatendo as correspondências publicadas no Abelha Pernambucana que defendia a presença dos portugueses. Pela leitura dos periódicos não se percebe rivalidades entre portugueses e brasileiros durante os festejos. A presença dos portugueses só foi questionada quando a festa passou a ocupar as páginas dos periódicos e a se questionar a sua inserção no jogo de poder local.

Como analisa Gladys Sabina Ribeiro, os conflitos entre portugueses e brasileiros eram algo latente nesse período e estavam ligados às rixas e divergências com um conteúdo político mais amplo, associando propostas e ideias de liberdade e participação política ativa, mas também questões ligadas ao mercado de trabalho (RIBEIRO, 2000:60-66) e por anos após a independência “batiam na mesma tecla dizendo que os velhos irmãos eram amigos-ursos” (RIBEIRO, 2002: 29).

Portugueses e brasileiros festejaram na noite do dia 6 no sítio do governador das armas e depois retornaram para as ruas do centro da cidade para continuar a celebração. Depois de saírem da casa do governador das armas, a Companhia da Boa Vista seguiu para o bairro de Santo Antônio. Ao passarem por algumas das igrejas do bairro foram recebidos pelas respectivas confrarias com grande aparato e repiques de sinos.

Por último foram até o Pátio do Palácio, onde uma “sociedade de brasileiros” havia organizado uma iluminação na varanda e disposto duas bandas que tocaram até depois das onze da noite, e receberam as companhias que haviam festejado pelas ruas da cidade “com

girândolas e demonstrações de prazer” (Diario de Pernambuco, 14/09/1829). Por volta das oito horas, chegou a Companhia do Recife, e por volta das onze e meia a da Boa Vista que veio depositar a Pirâmide. A companhia dos caixeiros voltou a marchar pelas principais ruas da cidade até a meia noite, quando chegaram à Praça do Comércio, onde fizeram soar os mesmos vivas.

A imagem construída pelos textos dos periódicos nos leva a acreditar que, durante a noite da véspera da festividade nacional, a paisagem da cidade ainda foi modificada pelos fogos do ar e girândolas. Durante toda a noite, era possível ver inumerável povo pelas ruas e tudo respirava alegria, as ruas estavam tomadas pelo entusiasmo e teria reinado a ordem por quase toda parte. Segundo o jornal o Constitucional os “incessantes Vivas, aplausos, fogos de artifício, música, hinos e outras demonstrações de amor, e respeito pelo Augusto e Imortal D. Pedro I” (O Constitucional 10/09/1829) duraram até o romper da alvorada do dia 7.

No dia 7, dia comemorativo à Independência do Brasil, “as Fortalezas salvaram ao amanhecer”(Diario de Pernambuco, 10/09/1829), Salvas de artilharia ao amanhecer eram parte dos ritos oficiais de comemoração dos dias de gala no Brasil Império. As bandas de músicas “nos bairros, que lhe foram destinados romperam a alvorada e correram as ruas”. (Diario de Pernambuco, 10/09/1829) Ao menos em Olinda, as igrejas repicaram os sinos, em grande parte acompanhadas por girândolas.

Ainda pela manhã, “houve grande parada” (Diario de Pernambuco, 10/09/1829) assistida pelo presidente da província. Por volta das nove horas, outra Companhia encaminhou-se até a cadeia para levar esmolas aos presos pobres. Reuniram-se no Pátio do Carmo, de acordo com a descrição publicada no jornal O Constitucional, “numeroso Povo, que ia ser testemunha de um rasgo de beneficência.” (O Constitucional, 10/09/1829) É importante lembrar que era comum nos periódicos do século XIX o uso do Povo com a inicial maiúscula referindo-se aos cidadãos com direitos políticos para diferenciar de povo, que referia-se aos homens livres pobres, libertos e escravos.(RIBEIRO: 2002, 31-41)

De acordo com uma conversa presenciada pelo autor da correspondência publicada no Diario de Pernambuco, que teria sido travada por dois homens chamados por ele de “absolutistas”, o presidente da província “mui contente acompanhou a súcia que foi a cadeia”. (Diario de Pernambuco, 16/09/1829) O grupo levou salvas e bandejas com roupa destinada “aqueles desgraçados”, além de carroças com “muitas arrobas de carnes, galinhas, farinha, arroz, feijão, pão, frutas, etc, etc” (Diario de Pernambuco, 10/09/1829). As músicas e algumas

autoridades da oficialidade, entre outras pessoas distintas, também participaram desse momento. Depois de “depositado tudo na Cadeia regressaram as suas casas” (Diario de Pernambuco, 10/09/1829).

É relevante pensar que, para “a nobreza e ‘homens de negócio’, a distribuição de esmolas era um tempo menor da festa, que até talvez os pusesse numa situação de embarço” (PAIVA, 2001, p.87). Esse não foi o único momento de filantropia descrito pelo Diario de Pernambuco. No dia 8, uma “Sociedade de Brasileiros” que organizou um dos jantares que ocorreu na noite do dia 7 serviu os mendigos da cidade com um “grande jantar” e concedeu esmola pecuniária.(Diario de Pernambuco, 14/09/1829) Esses momentos de doações são um dos poucos em que se relata a presença dos grupos sociais menos favorecidos, mas, segundo Iara Schiavinatto, a parte da narrativa sobre o povo nos festejos geralmente aparece de forma abreviada²

Às três da tarde, os moradores de Olinda foram ao Jardim Botânico com tabuleiros ricamente cobertos por ruas alcatifadas com folhas de pitanga. Seguiu-se de “um inúmero concurso de pessoas de todas as classes” (Diario de Pernambuco, 22/09/1829), destacando a presença do juiz de paz da freguesia da Sé e de alguns vereadores e escrivães da cidade. Os acadêmicos reuniram-se em São Bento e, cerca de meia hora depois, passaram em forma militar, tendo à frente a música do Batalhão Miliciano da cidade.

No Recife, à noite, repetiu-se a iluminação da pirâmide que chamou todo o Povo à Boa Vista, onde também houve fogo; muita gente voltou da Ponte devido ao grande trânsito. Houve um jantar no Palácio do Governo, para o qual foram convidadas as autoridades e “pessoas de representação”. Tratava-se de um jantar para 139 convidados que começaram a chegar às três horas da tarde do dia 7. Entre eles estavam “as Autoridades da Província, Deputados Eleitos, Cônsules Estrangeiros, Empregados de mais representação, Militares, Negociantes, Lentes, Estudantes do Curso Jurídico, &c, &c” (Diario de Pernambuco 14/09/1829). Foram servidos de um *dezert* lindo e elegante onde foram dados mais de sete brindes, recitados elogios, sendo ao menos um publicado no Diario de Pernambuco do dia 15 de setembro.

² Iara Schiavinatto ao analisar as Relações das Festas afirma que os periódicos da década de 1820 guardam um diálogo enviesado com esse tipo de texto quando vão publicar sobre as festas, e nesse tipo de texto a narração sobre o povo era abreviada. Ainda que em alguns momentos se faça referência à participação de todas as classes não se detalha SCHIAVINATTO, 2008:22

Findo o jantar, foram ao teatro continuar o regozijo. A realização de espetáculos teatrais era um importante elemento das festas nesse período. Uma peça de teatro bem executada podia ser um dos pontos altos dos festejos oficiais, depois dessas poder-se-ia voltar para casa e por vários dias ainda lembrar-se dos espetáculos e da memória construída acerca dos eventos políticos.

Parte significativa dos textos publicados nos jornais pernambucanos tinha por objetivo debater os significados da extraordinariedade das festas e, quem sabe, desconstruir possíveis benesses que os festejos poderiam possibilitar a quem os organizou. O grupo taxado de “republicano” teve êxito em conseguir organizar uma grande festa e essa foi uma importante estratégia de inserção nas tramas do poder. A disputa travada nos periódicos foi entendida no sentido de luta de classificações de Bourdieu:

...lutas pelo monopólio do poder de fazer crer, de fazer conhecer e desfazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por essa via, de fazer e desfazer os grupos. O móvel de todas essas lutas é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, tão logo se impõe ao conjunto de um grupo, estabelecem o sentido e o consenso sobre o sentido...(BOURDIEU, 1996: 108)

A grandiosidade dos festejos levaram os periódicos a discutirem os seus significados. Uma correspondência publicada pelo redator de O Cruzeiro, no dia 10 de setembro, assinada pelo Pateta das Luminárias, teve a intenção principal de questionar a extraordinariedade das comemorações do Sete de Setembro. A carta exultou a importância do dia, mas questionou os motivos de terem aparecido em todos os ângulos da cidade de tamanhas festividades. Se pela leitura dos relatos sobre os festejos a imagem construída foi a da grande adesão da população as comemorações, o *Pateta das Luminárias* buscou convencer os leitores de O Cruzeiro que muitos estranharam as dimensões tomadas pelas festas e algumas de suas peculiaridades. Em suas palavras:

Mas em fim não sou eu só a pensar deste modo. Todos os bons Pernambucanos perguntam: Que é isto? É coisa nova a Independência? Porque estas festividades depois de tantos anos? Porque nos anos passados se não praticou assim? Uns perguntam aos outros...(O Cruzeiro, 10/09/1829)

Apoiar suas críticas na opinião pública pode ter sido uma estratégia eficiente. Uma coisa é um anônimo criticar a festa, outra bem diferente era conseguir ser lido como o representante da opinião pública. Claro que não podemos afirmar se essa era de fato a fala dos

“bons pernambucanos”, pois, muitas vezes, como afirma Darton, um texto “com o pretexto de expressar a opinião pública, visa moldá-la” (DARTON, 1992: 186).

O Pateta das Luminárias finalizou sua carta renunciando a reação dos periódicos opositores: “creio, que esta minha carta vai atrair a maldição dos Jornais da liberdade” (O Cruzeiro, 10/09/1829). Conhecendo o quadro de disputas que se instaurou em 1829, podemos até dizer que essa era uma previsão fácil de ser feita. Especialmente, se pensarmos que tais festejos foram uma estratégia para inserção de um grupo na construção do Estado Nacional. Os seus opositores ligados à Sociedade Colunas do Trono e do Altar precisavam abalar a crença nos festejos construídos, que, pelo número e conteúdo dos relatos, devem ter sido um sucesso, enquanto prática cultural. Mas era preciso evitar outros sucessos aos organizadores, e quem sabe evitar a entrada de outros membros nos círculos de poder.

Possivelmente as festas eram formas de esses homens participarem do poder por outras vias. Como analisa Hendrik Kraay, os rituais cívicos também eram “espaços nos quais os inconformados com a ordem existente podem fazer reivindicações públicas” (KRAAY, 2008: 331). Era importante assegurar que a imagem que se espalhasse sobre os festejos estivesse de acordo com os ideais almejados. Afinal, por mais que se exalte a grande participação da população, muitos devem ter tomado conhecimento dessas comemorações pelo que ouviram falar ou leram nos periódicos.

No dia 15 de setembro, o jornal Abelha Pernambucana publica uma longa defesa que ocupa duas folhas e meia das quatro do seu número. Nela, os extraordinários festejos são associados ao “Patriotismo e Nacionalidade” dos pernambucanos. Além de exaltar o patriotismo como motivador da intenção de realização dos festejos, o autor enfatizou que esses ocorreram sem desrespeitar a ordem e tranquilidade pública, pontos centrais das medidas tomadas pelo Estado, especialmente quanto ao controle da população e um dos argumentos mais utilizados para controlar as formas de festejar do período.

O redator do jornal, para reforçar seu argumento, afirmou que em outros locais os festas cívicos também eram celebrados com pompa e circunstância, citando como comparação os dos norte americanos e dos franceses. Os locais citados pelo editor são essenciais para o liberalismo³, importante ideologia política da época. A França, era, ainda, um dos principais

³ Entende-se liberalismo nesse trabalho como “uma abrangente concepção do Estado” um vocábulo que esconde diversas possibilidades. Essa influência europeia não chegou incólume ao Brasil, pois o que chamamos de liberalismo brasileiro definiu-se devido a uma leitura das elites em prol de seus interesses e de uma realidade nacional. FERRAZ, 1996, p. 55

referenciais da “civildade” que se buscava implementar na nova nação. Segundo o redator do Diário de Pernambuco, na França a comemoração dos dias nacionais tem a intenção de “perpetuar a memória deles nos ânimos e corações das gerações futuras” (Abelha Pernambucana, 15/09/1829). Possivelmente quis com essa assertiva difundir essa lógica comemorativa para os festejos locais.

As festas cívicas, em especial os festejos pela independência do país, foram um ponto fundamental na construção do Estado Nacional. Foram fortemente influenciadas pela conjuntura do período e fizeram parte da afirmação dos poderes de um Pernambuco em ebulição. A julgar pela leitura dos debates publicados nos periódicos, os extraordinários festejos do ano de 1829 modificaram o cotidiano e foram uma estratégia importante no jogo de forças provincial.

As pessoas aproveitavam esses festejos para organizar laços de sociabilidade e tecer identidades que influenciaram a forma com que a sociedade Oitocentista se organizou. Os debates dos periódicos nos permitiu analisar a festa organizada, mas também possibilitou uma reflexão sobre o papel social da festa e as leituras possíveis do acontecimento pelos que estavam diretamente envolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. A força da representação. In:_____.A economia das trocas linguísticas. O que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996, pp. 107-116

BOURDIEU, Pierre. A linguagem autorizada: as condições sociais da eficácia do discurso ritual In:_____. A economia das trocas linguísticas. O que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996, pp.85-96.

CARVALHO, “ Aí Vem o Capitão Mor” As eleições de 1828-30 e a questão do poder local no Brasil Imperial. Tempo- UFF- Departamento de História. Vol 7 n/1 Rio de Janeiro: Sette Letras. 2002.

CARVALHO, A Vossa Senhoria (...) incumbe a destruição de quilombos”: juízes de paz, quilombolas e noções de ordem e justiça no primeiro reinado in: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro e SILVA, Giselda Brito da. (org) Ordem & Polícia: controle político- social e as formas de resistência em Pernambuco nos séculos XVII ao XX. Recife, Ed. Universitária da UFRPE, 2007.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In:_____. À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002 pp.61-78.

CHARTIER, Roger. Preâmbulo. In:_____. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004, pp.7-20

CHARTIER, Roger. Textos, impressões e leituras. In: Lynn Hunt (org.). *A nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.211-238.

DARNTON, R. Livros de sucesso e revolução. In:_____. *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp.162-196.

DARNTON, R. O que é a história do livro? Revisitado. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 10, n. 16, p.155-170, jan. jun. 2008

FELDMAN, Ariel Guerra aos extremos: polarização política em Pernambuco e a defesa do princípio de soberania nacional (1829-1831). *Almanack*, Guarulhos: UNIFESP, n.7,pp. 39 a 58, 2014

FELDMAN, Ariel. Espaço público e formação do Estado Nacional brasileiro: a atuação política do Padre Carapuceiro (1822 a 1852). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013 (História, Tese de doutorado)

FERRAZ, Socorro. *Liberais & liberais:guerras civis em Pernambuco no século*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996

KRAAY, Hendrik. Alferes Gamboa e a Sociedade Comemorativa da Independência do Império, 1869-1889. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2011, vol.31, n.61, pp. 15-40.

KRAAY, Hendrik. Nação, Estado e política popular no Rio de Janeiro: festas cívicas depois da Independência. In: PAMPLONA, Marco Antônio; DOYLE, Dan (Org.). *Nacionalismo nas Américas*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p.329-354.

LOPES, Emílio Carlos Rodrigues. *Festas Públicas, Memória e Representação: Um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822* São Paulo: Humanitas. 2004

MOREL, Marco. Da Gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In: NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (org.). *Livros e Impressos. Retratos do setecentos e do oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p.153-184.

NASCIMENTO, Luís do. *História da Imprensa Pernambucana, 1821-1954*. vol. 2, Recife: UFPE, 1966 (b)

NASCIMENTO, Luís do. *História da Imprensa Pernambucana, 1821-1954*. vol. 1, Recife: UFPE, 1966 (a)

NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco 1821- 1924*. Vol. 4. Recife: UFPE, 1969.

PAIVA, José Pedro Etiqueta e cerimônias públicas na esfera da Igreja (séculos XVII-XVIII). in: JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Iris. (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001

RIBEIRO, Gladys Sabina. As noites das garrafadas: Uma história entre outras de conflitos antilusitanos e raciais na Corte do Rio de Janeiro em 1831. *Luso-Brazilian Review*, Vol. 37, No. 2, Special Issue: State, Society, and Political Culture in Nineteenth-Century Brazil ; 2000

RIBEIRO, Gladys Sabina. O desejo da liberdade e a participação de homens livres pobres e "de cor" na Independência do Brasil. *Cad. CEDES [online]*., vol.22, n., pp. 21-45, 2002.

SCHIAVINATTO, Iara Lis Entre os manuscritos e os impressos. In: Leite, Monica; Fonseca, Silvia C P de B. (Org.). *Entre a Monarquia e a República. Imprensa, pensamento político e historiografia. 1822-1889*. .Rio de Janeiro: UERJ, 2008 pp.13 a 33.